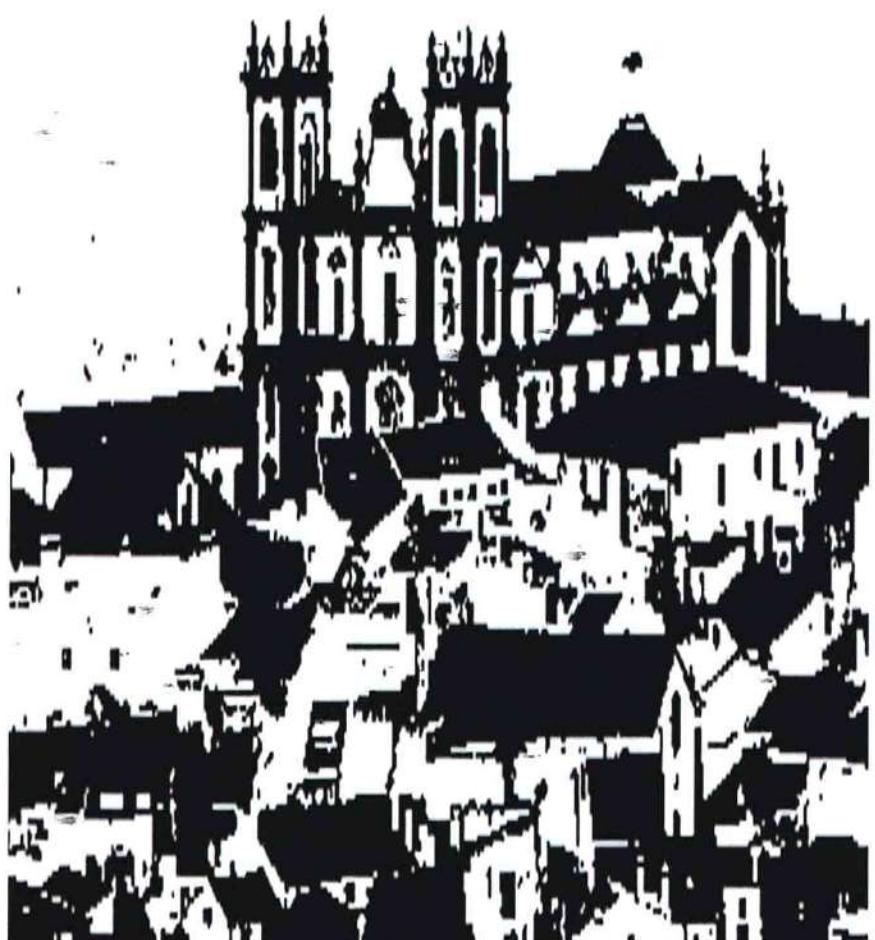


DELIBERADO _____ APROVAR
Pareceria o relatório de
Gestão e Prestação de
Contas 2013
Data 22/04/14
O Presidente da Câmara

Muller



PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

2013

Portalegre
CÂMARA MUNICIPAL



ÍNDICE

1. Introdução
2. Perímetro de Consolidação
3. Caraterização das Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação
 - 3.1. Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre
 - 3.2. Mercado Municipal de Portalegre
 - 3.3. Fundação Robinson
4. Análise Económico-Financeira da Atividade Consolidada
5. Balanço Consolidado
6. Demonstração de Resultados Consolidado
7. Anexos às Demonstrações Consolidadas Financeiras
Introdução
 - 7.1. Caraterização da Entidade-Mãe
 - 7.1.1. Identificação
 - 7.1.2. Legislação
 - 7.1.3. Estrutura Organizacional Efetiva
 - 7.1.4. Descrição Sumária das Atividades
 - 7.1.5. Recursos Humanos
 - 7.1.6. Organização Contabilística
 - 7.1.7. Outras Informações Relevantes
 - 7.2. Notas ao Balanço Consolidado e à Demonstração de Resultados Consolidada
 - 7.2.1. Informações Relativas às Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação e a Outras Entidades Participadas
 - 7.2.2. Informações Relativas à Imagem Verdadeira e Apropriada
 - 7.2.3. Informações Relativas aos Procedimentos de Consolidação
 - 7.2.4. Informações Relativas ao Endividamento de Médio e Longo Prazo
 - 7.2.5. Informações Sobre Saldos e Fluxos Financeiros
 - 7.2.6. Informações Relativas a Políticas Contabilísticas
 - 7.2.7. Informações Relativas a Determinadas Rubricas
 - 7.2.8. Informações Diversas



*Luzellen
D.A.
J.P.B.
D.*

1. INTRODUÇÃO

Cumprir as atribuições e as competências, cada vez mais abrangentes ao mesmo tempo que se evoluí na persecução de níveis de gestão pública cada vez mais e exigentes qualitativamente, alavancam os municípios na utilização de estruturas organizacionais distintas, nomeadamente de natureza empresarial, as quais são por si controladas com maior ou menor logica empresarial mas numa ótica de grupo municipal.

Assim e mantendo a lógica atrás descrita, torna-se minimalista a prestação de contas individuais, onde se visualizam os resultados e as atividades desenvolvidas pelas diferentes entidades, onde não é possível uma apreciação financeira integrada, firme, absoluta e completa, inibindo uma visão global do grupo, elementar para a tomada de decisão e a definição de estratégias.

A consolidação surge como o passo necessário à melhoria das prestações de contas da administração local. Esta ferramenta de gestão tem como objectivo a reunião das contas das entidades enquanto singulares e torná-las num todo unificando a sua informação expurgada dos fluxos entre elas, de forma que se possa dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Desta forma, além das contas individuais que as autarquias são obrigadas a apresentar, também têm de apresentar as contas consolidadas do grupo municipal em que a autarquia se enquadra, prerrogativa prevista na Lei das Finanças Locais.

No entanto só agora, face à recente publicação da Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada (art.º 1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de "Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo", se encontram reunidas as condições para se perceber os enredos técnicos que estão subjacentes a esta consolidação de contas nas autarquias locais, não obstante tal obrigatoriedade estar vertida desde de 2007 na Lei das Finanças Locais (LFL) designadamente no n.º 1 do seu artigo 46º, onde está previsto que, " Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas definidos na lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados, com os respectivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos". Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal (n.º 2) que «Os procedimentos contabilísticos para a consolidação de balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no



Município de Portalegre

POCAL.», o que não se verificou até à presente data, uma vez que o Município de Portalegre apenas efetuava a consolidação com os Serviços Municipalizados, de uma forma simples e sem as diretrizes agora emanadas pelo SATAPOCAL.



2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O grupo público municipal é composto pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Portalegre é constituído pelas entidades por este participadas, de forma directa ou indirecta, em 100% do capital, e que fazem parte integrante do Sector Empresarial Local, e pelos Serviços Municipalizados, à data de 31 de Dezembro do exercício económico a consolidar.

O grupo público municipal é composto pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Portalegre é constituído pelas entidades por este participadas, de forma directa ou indirecta, em 100% do capital, e que fazem parte integrante do Sector Empresarial Local, e pelos Serviços Municipalizados, à data de 31 de Dezembro do exercício económico a consolidar.

Empresa	Sigla	Valor Capital Social/Estatutário	%
Serviços Municipalizados de Águas e Transportes	SMAT	1.400.000,00€	100 %
Mercado Municipal de Portalegre	MMPO	324.000€	100 %

No entanto, na Lei das Finanças Locais (Lei n.º2/2007 de 29 de Junho) também fica subjacente a possível consolidação com a Fundação Robinson.

Esta não faz parte do sector empresarial local, nem a exclusividade do seu capital é detido pelo município de Portalegre, no entanto, detém estatutariamente a obrigação de englobar as totalidade da dívida em caso de extinção da mesma.

A consolidação de contas prevista desde a aprovação da Lei das Finanças Locais (Lei n.º2/2007 de 29 de Junho), que passou a obrigar, segundo o artº. 46º n.º1, a consolidação de contas dos Municípios, com as entidades sobre as quais seja exercida em termos individuais, de **forma direta ou indireta**, influência dominante nos termos do artº. 3º, n.os 1 e 2, da Lei n.º 53-F/2006 de 29/Dez (entidades de natureza empresarial) ou se verifique a existência de controlo de harmonia com o ponto 5.1. da Orientação n.º1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 15/Jun/2010”.

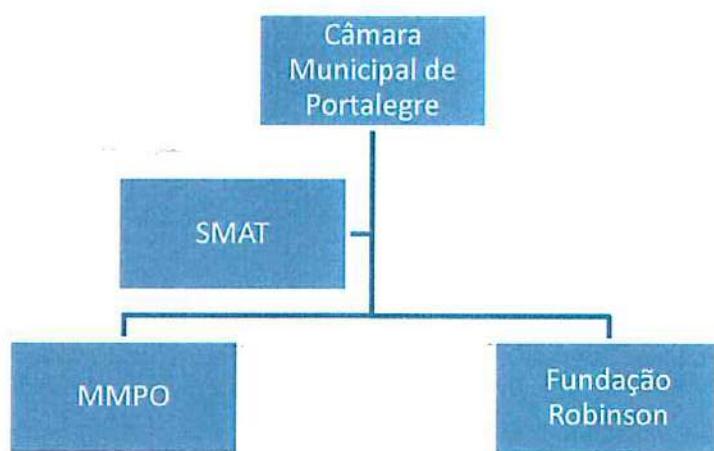
Pelo que, dado o anteriormente descrito, deixaria à consideração da Câmara a decisão sobre a consolidação com a Fundação Robinson e o executivo decidiu-se pela consolidação.



Município de Portalegre

Empresa	Sigla	Valor Capital Social/Estatutário	%
Fundação Robinson	Fund. Rob.	1.256.995,00€	57%

Organograma do Grupo





3. CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERIMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

3.1 Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre

Os SMAT caraterizam-se pela realização das seguintes atividades:

- Distribuição de água ao concelho de Portalegre
- Transporte urbano e interurbano de passageiros
- Exploração dos parques de estacionamento subterrâneo de Portalegre

3.2 Mercado Municipal de Portalegre

O MMPO tem como objectivo a remodelação, gestão e exploração do Mercado Municipal de Portalegre e das suas envolventes directas, o qual se destina ao comércio por retalho de produtos alimentares e, bem assim, à prossecução de outras atividades complementares e subsidiárias, em fase de liquidação.

3.3 Fundação Robinson

A reabilitação arquitectónica e paisagística de todo o **Espaço Robinson**, inclui o perímetro da Fábrica, do Convento e Igreja de São Francisco e do Lagar adjacente (actuais instalações da Manufactura de Tapeçarias de Portalegre), valorizando a perspectiva histórica e protegendo o vasto espólio arqueológico e arqueológico-industrial, ao mesmo tempo que relê a paisagem e a qualidade de vida na cidade. O projecto enaltece a revitalização do Património através da recuperação e adequação de espaços culturais, da sua promoção, colocando-os ao serviço da educação, da formação e do conhecimento.



4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA

O Balanço Consolidado agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal no momento retratado. Para efeitos de análise consideraram-se os anos de 2012 e 2013, uma vez que o perímetro de consolidação não sofreu alterações.

BALANÇO

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO GRUPO MUNICIPAL					
BALANÇO CONSOLIDADO					
Descrição	Valor	2013	Peso	Valor	2012
Activo Líquido					
Imobilizado	160.417.932,28	91,54%	167.613.473,70	88,74%	
Circulante	12.073.068,98	6,89%	18.198.427,12	9,64%	
Existências	505.057,64	0,29%	533.522,52	0,28%	
Dívidas de Terceiros - Médio Longo Prazo	2.258.876,94	1,29%	3.885.402,38	2,06%	
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	8.684.003,46	4,96%	13.273.433,44	7,03%	
Disponibilidades	625.130,94	0,36%	506.068,78	0,27%	
Acréscimos e Diferimentos	2.747.276,34	1,57%	3.060.254,04	1,62%	
Total Ativo Líquido	175.238.277,60			188.872.154,86	
Fundos Próprios					
Património	70.666.255,41	107,55%	70.556.488,91	107,39%	
Ajustamento de Partes de Capital em Empresas	825.881,68	1,26%	761.330,69	1,16%	
Reservas	13.690.418,16	20,84%	13.689.310,09	20,83%	
Resultados Transitados	-17.573.504,11	-26,75%	-13.583.266,33	-20,67%	
Resultado Líquido do Exercício	-1.905.228,91	-2,90%	-2.084.840,48	-3,17%	
Total de Fundos Próprios	65.703.822,23			69.339.022,88	
Fundos Próprios atribuíveis a Interesses Minoritários	1.618.427,48	100,00%	1.585.652,39	100,00%	
Total de Interesses Minoritários	1.618.427,48			1.585.652,39	
Passivo					
Provisões para riscos e encargos	683.578,53	0,63%	255.898,36	0,22%	
Dívidas a Terceiros	42.096.736,95	39,01%	46.700.539,28	39,59%	
Médio e Longo Prazo	31.343.550,63	29,04%	35.960.300,51	30,49%	
Curto Prazo	10.753.186,32	9,96%	10.740.238,77	9,11%	
Acréscimos e Diferimentos	65.135.712,41	60,36%	70.991.041,95	60,19%	
Total do Passivo	107.916.027,89			117.947.479,59	
Total dos Fundos Próprios e Passivo	175.238.277,60			188.872.154,86	

Assim a informação financeira consolidada reporta aos exercícios, estando aqui evidenciados apenas os valores líquidos á data de 31 de Dezembro de 2012 e 2013, sobre os quais incidirá a respetiva análise.



O balanço consolidado do grupo municipal de Portalegre evidencia um ativo líquido total de 175.238.277,60€, constituído maioritariamente por ativos imobilizados que ascendem a 160.417.932,28€. Considerando o valor do ativo inscrito no balanço individual do Município de Portalegre, é notória a sua influência nesta rubrica enquanto entidade consolidante, cuja representatividade equivale a 91,54%.

Face ao ano de 2012, registou-se um decréscimo nos ativos líquidos no valor de 13.633.877,26€ com principal incidência nos ativos imobilizados (-7.195.541,42€) e dívidas de terceiros de curto e de Medio e Longo Prazo, prazo com quebras de 4.589.429,98€, e 1.626.525,44€, respectivamente.

O total do passivo do Grupo Municipal ascende a 107.916.027,89€, assumindo as dívidas a terceiros, o valor de 42.096.736,95€, cujo maior contributo advém da componente de natureza de médio e longo prazo, com a influência maioritária da entidade consolidante, comparativamente ao ano de 2012 existe uma redução no valor de 4.603.802,33€, salientando-se um decréscimo de 4.616.749,88€ na componente médio longo prazo e de 5.855.329,54€ nos acréscimos e diferimentos.

Os fundos próprios do Grupo Municipal ascendem a 65.703.822,23€, dos quais 70.666.255,41€ representam o valor do seu Património e o restante Reservas e Resultados Transitados e Líquidos. Os interesses minoritários, são de 1.618.427,48€.

Relativamente a 2012 registou-se uma diminuição nos fundos próprios no valor de 3.635.200,65€, bem como um aumento nos interesses minoritários, no valor de 32.775,09€, fruto dos resultados líquidos registados pelas várias entidades do perímetro de consolidação.

**ATIVO****IMOBILIZADO****ACTIVO LIQUIDO IMOBILIZADO DO GRUPO MUNICIPAL**

Rubricas	2013	Peso no activo líquido	2012	Peso no activo líquido
Bens de Domínio Público	57.427.406	35,80%	61.578.130	36,74%
Imobilizações Incorpóreas	1.962.418	1,22%	2.245.427	1,34%
Imobilizações corpóreas	100.645.270	62,74%	103.407.078	61,69%
Investimentos financeiros	382.838	0,24%	382.838	0,23%
TOTAL	160.417.932	100%	167.613.474	100%

Un.: Euros

Conforme atrás descrito é maioritária a representatividade do imobilizado no total do ativo líquido do Grupo Municipal, sendo o imobilizado de natureza corpórea e os bens de domínio público, as parcelas com maior expressão, ao representarem 62,74% e 35,80%, respectivamente, do valor do total do ativo líquido imobilizado.

Os investimentos financeiros que integram 0,24% do ativo líquido, devido ao processo de consolidação onde foram reduzidos aos saldos das participações sociais através da aplicação do método de equivalência patrimonial, refletindo desta forma os valores de resultados líquidos e transitados negativos das entidades do perímetro.

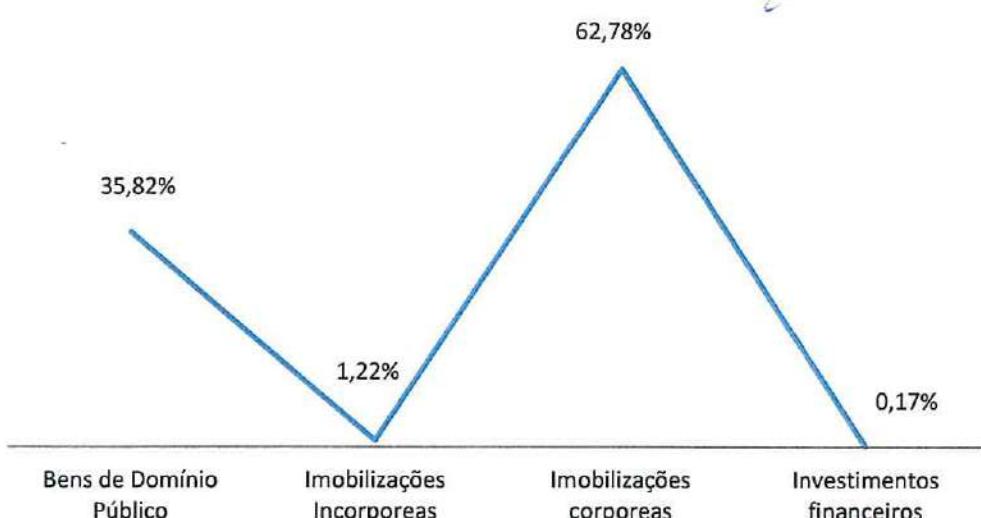
Por último, os ativos incorpóreos preservam um insignificante peso percentual no ativo líquido, na ordem dos 1,22%.

Encerra-se a apreciação da rubrica do imobilizado com a inserção de um gráfico demonstrativo das referências anteriormente efectuadas.



Luxem
-f-
AP.
PP

Peso no Ativo Líquido



CIRCULANTE

O ativo circulante do grupo municipal, fundado nas existências, nas dívidas de terceiros e nas disponibilidades, agrupa no final do exercício 6,89% do ativo líquido. Os maiores agregados são as Dívidas de Terceiros, as de curto prazo e as de médio e longo prazo.

Pela sua significância, segue-se apreciação particularizada das componentes "Disponibilidades" e "Dívidas de Terceiros", estas últimas que se apresentam em termos brutos fruto da materialidade das respectivas provisões.

À data de 31 de Dezembro de 2013 o valor das Disponibilidades ascendeu a 625.130,94€, sendo 620.155,45€ constituídos por depósitos em Instituições de Crédito e 4.975,49€ por valores em caixa.

O total de Disponibilidades do grupo municipal compreende o saldo de gerência de operações orçamentais, no valor de 625.130,94€ em resultado do balanceamento entre o total de receita orçamental cobrada e total da despesa orçamental paga no exercício, a que acresce o saldo inicial, cujo detalhe consta no quadro que se segue.



Município de Portalegre

MAPA FLUXO DE CAIXA

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

31-dez-13

RECEBIMENTOS

Saldo Inicial	506.068,79
Receitas Orçamentais	22.951.048,28
Correntes	18.043.920,70
Capital	4.892.963,95
Outras	14.163,63
Operações de Tesouraria	1.661.653,43

PAGAMENTOS

Despesas Orçamentais	22.839.889,41
Correntes	14.293.600,77
Capital	8.546.288,64
Operações de Tesouraria	1.653.750,14
Saldo Final	625.130,95

Un.: Euros

MAPA DÍVIDAS DE TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL

DÍVIDAS DE TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL

	2013	Peso %	2012	Peso %
Empréstimos Concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Clientes / Contribuintes e Utentes c/c	655.207,74	6,86%	527.447,72	2,92%
Clientes / Contribuintes e Utentes - Cobrança Dividida	933.426,00	9,77%	988.572,54	5,48%
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	67.212,38	0,70%	62.108,82	0,34%
Outros Devedores	7.897.240,28	82,67%	16.472.270,14	91,26%
TOTAL	9.553.086,40	100,00%	18.050.399,22	100,00%

Un.: Euros

Se em termos de ativo bruto, a análise das Dívidas de Terceiros conduz a um valor total de 9.553.086,40€, já em termos líquidos, como se afere do balanço inicialmente apresentado, registou-se um valor de 8.684.003,46€, circunstância que está directamente relacionada com a constituição das correspondentes provisões, temática esta devidamente explicitada na respectiva nota ao balanço e à demonstração de resultados.

Na rubrica de outros devedores registam-se como valores mais significativos os provenientes de Devedores de Transferências para as Autarquias Locais, onde se



Município de Portalegre

incluem os créditos contabilizados no âmbito de financiamentos originários da Administração Central e de Fundos Comunitários, apenas quando haja suficiente segurança de que se encontram cumpridos todos os critérios associados ao seu recebimento.

Outros dos valores com grande representatividade das dívidas de terceiros refere-se a cobrança duvidosa (933.426,00€) para o qual foram constituídas provisões em conformidade com as regras previstas no POCAL no valor de 869.082,94€.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos, sendo a seguinte a sua composição em 2013.

ACRÉSCIMOS E DEFERIMENTOS		2.747.276,34
Acréscimos de Proveitos		352.146,25
Custos Diferidos		2395.130,09

O valor referente a acréscimos de proveitos corresponde aos impostos a que o município tem direito de receber mas cuja entrada do capital só se verificará no exercício seguinte.

Os Custos diferidos referem-se a valores constantes de contratos programa e prémios de seguro a pagar no exercício seguinte mas que foram reconhecidos já neste.

**PASSIVO****DÍVIDAS A TERCEIROS***Mapa Dividas a Terceiros Grupo Municipal*

DÍVIDAS A TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL				
	2013	Peso %	2012	Peso %
Médio e Longo Prazo				
Empréstimos de médio e longo prazo	24.916.384,90	79,49%	29.146.033,04	92,99%
Fornecedores c/c - mlp	4.188.332,32	13,36%	2.859.740,06	9,12%
Fornecedores de Imobilizado mlp	394.609,81	1,26%	1.612.614,37	5,14%
Contratos Programa - mlp	1.844.223,60	5,88%	2.341.913,04	7,47%
Sub-Total	31.343.550,63		35.960.300,51	
Curto Prazo				
Empréstimos de curto prazo	5.392.104,42	50,14%	4.041.405,80	37,58%
Fornecedores c/c	2.318.841,83	21,56%	1.061.818,72	9,87%
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	456.953,12	4,25%	2.304.852,13	21,43%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	473,71	0,00%		0,00%
Fornecedores de Imobilizado c/c	716.195,80	6,68%	791.544,76	7,36%
Fornecedores de Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	76.652,49	0,71%	369.234,98	3,43%
Administração Autárquica	623.694,95	5,80%	692.600,04	6,44%
Fornecedores de Imobilizado - Contratos de Leasing	15.830,01	0,15%	21.758,58	0,20%
Estado e Outros Entes Públicos	116.656,83	1,08%	127.307,84	1,18%
Outros Credores	959.762,86	8,93%	1.261.387,82	11,73%
Clientes e Utentes c/ cauções	76.020,30	0,71%	68.328,10	0,64%
Sub-Total	10.753.186,32		10.740.238,77	
Total	42.096.736,95	100,00%	46.700.539,28	100,00%

As importâncias referidas no quadro das dívidas a terceiros incluem quer as operações orçamentais, quer as não orçamentais. Da sua análise ressalta que o valor das dívidas a terceiros do grupo municipal totaliza 42.096.736,95€, constituído maioritariamente por dívida de natureza de médio e longo prazo que ascende 31.343.550,63€, face aos 10.753.186,32€ que emergem da dívida de curto prazo.

Considerando o valor da dívida de médio e longo prazo no balanço individual do Município é notória a sua influência nesta rubrica, encontrando-se bem espelhada a contribuição de cada uma das entidades do grupo municipal no quadro seguinte.



Assassin
C.L.
J.T.
P.J.
F.J.

DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL						
ANO 2013						
Descrição	Fornecedores c/c	Empréstimos Obtidos	Fornecedores Imobilizado	Outras Credores	TOTAL Valor	Peso
Portalegre	4.188.332,32	24.447.215,14	383.043,64	1.844.223,60	30.862.814,70	98,47%
SMAT			11.566,17		11.566,17	0,04%
MMPO		469.169,76			469.169,76	1,50%
Fundação Robinson					0,00	0,00%
TOTAL	4.188.332,32	24.916.384,90	394.609,81	1.844.223,60	31.343.550,63	100,00%

Un.: Euros

NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo

Face aos valores apresentados conclui-se que cerca de 98,47% do endividamento de médio e longo prazo do grupo provém da Câmara Municipal logo seguido do contributo prestado pelo MMPO, valor que respeita a Empréstimos Obtidos (1,50%). As restantes entidades, atendendo aos valores apresentados, não têm expressão significativa para influir no endividamento global de exigibilidade de médio e longo prazo.

Subacente ao princípio da especialização dos exercícios, tal-qualmente ao verificado no ativo, surge no passivo os acréscimos e deferimentos, subdividindo-se em crécimos de Custos e Proveitos Diferidos, sendo a seguinte a sua composição em 2013.

ACRÉSCIMOS E DEFERIMENTOS		65.135.712,41
Acréscimo de Custos		1.192.800,12
Proveitos Diferidos		63.942.912,29

Os acréscimos de custos são os valores correspondentes a remunerações a pagar em 2014 mas que dizem respeito a 2013 e juros a liquidar.

Nos proveitos a sua expressividade dos Proveitos Diferidos, está fundamentalmente associada ao montante contabilizado em subsídios para investimentos, a título de comparticipações oportunamente aprovadas no âmbito de projectos homologados ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio ou de Protocolos e Contratos-Programa para o efeito celebrados, tem vindo a ser progressivamente transferido numa base sistemática para proveitos, acompanhando a contabilização das amortizações dos ativos financiados.



Município de Portalegre

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios do Grupo Municipal no final do exercício de 2013 ascendem a 65.703.822,24€, dos quais 70.666.255,41€ referem-se a Património, 13.690.418,16€ e -17.573.504,11€ a Reservas e Resultados Transitados, respectivamente e -1.905.228,91€ os Resultados Líquidos que foram gerados no exercício económico de 2013. Relativamente a Interesses minoritários verificou-se um valor de 1.618.427,48€.

Do total dos Fundos Próprios do Grupo Municipal, 97,10% são do Município (63.798.411,40€).



Município de Portalegre

5. BALANÇO CONSOLIDADO

Balanço Consolidado

Município de Portalegre

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	Activo	Exercícios			
		2013		2012	
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	99.400,00	0,00	99.400,00	99.400,00
452	Edifícios	23.464,40	1.886,52	21.577,88	21.735,09
453	Outras construções e infra-estruturas	80.323.071,05	33.081.110,67	47.241.980,38	51.587.560,90
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	540.349,13	23.285,46	517.063,67	524.825,49
459	Outros bens de domínio público	525.974,94	226.562,03	299.412,91	364.370,45
445	Imobilizações em curso	9.247.991,63	0,00	9.247.991,63	8.980.238,49
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	
		90.780.251,15	33.332.844,68	57.427.406,47	61.578.130,42
	Imobilizações Incorpóreas				
431	Despesas de instalação	2.415,14	2.415,14	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	52.145,31	52.145,31	0,00	52.145,31
433	Propriedade industrial e outros direitos	781.968,08	743.058,43	38.909,65	82.310,76
443	Imobilizações em curso	40.038,25	0,00	40.038,25	40.038,25
434	Despesas com Certificação de Programa Med. 2.5	1.827.495,05	138.730,86	1.688.764,19	1.712.787,68
435	Projectos	560.599,58	365.893,60	194.705,98	358.145,25
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	
		3.264.661,41	1.302.243,34	1.962.418,07	2.245.427,25
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	17.393.324,31	0,00	17.393.324,31	18.217.698,75
422	Edifícios e outras construções	107.311.948,71	29.279.404,13	78.032.544,58	80.319.502,83
423	Equipamento básico	7.880.852,72	6.433.943,13	1.446.909,59	1.652.557,97
424	Equipamento de transporte	1.023.513,46	829.945,45	193.568,01	238.270,59
425	Ferramentas e utensílios	261.985,64	246.832,21	15.153,43	21.143,82
426	Equipamento administrativo	651.812,21	623.778,87	28.033,34	19.689,03
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	
429	Outras imobilizações corpóreas	3.839.261,10	3.150.546,02	688.715,08	837.990,66
442	Imobilizações em curso	2.847.021,83	0,00	2.847.021,83	2.100.224,80
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	
		141.209.719,98	40.564.449,81	100.645.270,17	103.407.078,45
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	1.092.988,97	726.050,00	366.938,97	366.938,98
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	
414	Investimentos em imóveis	15.898,60	0,00	15.898,60	15.898,60
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	
		1.108.887,57	726.050,00	382.837,57	382.837,58
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	271.151,46	0,00	271.151,46	308.620,70
35	Produtos e trabalhos em curso	23.289,60	0,00	23.289,60	23.289,60
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	
33	Produto acabados e intermédios	130.133,72	0,00	130.133,72	130.133,72
32	Mercadorias	80.482,86	0,00	80.482,86	71.478,50
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	
		505.057,64	0,00	505.057,64	533.522,52
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
268	Outros Devedores	2.258.876,94	0,00	2.258.876,94	3.885.402,38
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
211	Cientes, c/c	655.207,74	0,00	655.207,74	527.447,72
212	Contribuintes, c/c	0,00	0,00	0,00	
213	Utentes, c/c	0,00	0,00	0,00	
218	Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	933.426,00	869.082,94	64.343,06	97.009,14
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	
24	Estado e outros entes públicos	67.212,38	0,00	67.212,38	62.108,82
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	
262 + 263 + 267 +	Outros devedores	7.897.240,28	0,00	7.897.240,28	12.586.867,76
268		9.553.086,40	869.082,94	8.684.003,46	13.273.433,44
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	620.155,45		620.155,45	502.230,50
11	Caixa	4.975,49		4.975,49	3.838,28
		625.130,94	0,00	625.130,94	506.068,78
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	352.146,25		352.146,25	251.436,58
272	Custos diferidos	2.395.130,09		2.395.130,09	2.808.817,46
		2.747.276,34	0,00	2.747.276,34	3.060.254,04
	Total de amortizações		75.199.537,83		
	Total de provisões		1.595.132,94		
	TOTAL DO ACTIVO	252.032.948,37	76.794.670,77	175.238.277,60	188.872.154,86



Município de Portalegre

Balanço Consolidado

Município de Portalegre

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
		2013	2012
	Fundos próprios		
51	Património	70.666.255,41	70.556.488,91
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	825.881,68	761.330,69
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas	0,00	0,00
571	Reservas legais	2.712.385,21	2.711.277,13
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	427.700,81	427.700,81
575	Subsídios	0,00	0,00
576	Doações	89.493,50	89.493,50
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	9.890.720,58	9.890.720,58
578	Ajustamentos decorrentes de Variações Patrimoniais	570.118,07	570.118,07
59	Resultado transitados	-17.573.504,11	-13.583.266,33
88	Resultado líquido do exercício	-1.905.228,91	-2.084.840,48
		65.703.822,24	69.339.022,87
	Interesses Minoritários	1.618.427,47	1.585.652,39
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	683.578,53	255.898,36
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2214	Fornecedores , C/c	4.188.332,32	2.859.740,06
2312	Dívidas a instituições de crédito	24.916.384,90	29.146.033,04
2611	Fornecedores de Imobilizado , C/c	394.609,81	1.597.106,10
2614	Fornecedores de Imobilizado , C/c	0,00	15.508,27
2615	Fornecedores de Imobilizado , Leasing	1.844.223,60	2.341.913,04
26472+26482	Contratos Programa ML/P	31.343.550,63	35.960.300,51
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	5.392.104,42	4.041.405,80
269	Adiantamentos por conta de vendas	473,71	0,00
221	Fornecedores, c/c	2.318.841,83	1.061.818,72
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	456.953,12	2.304.852,13
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/ cauções	76.020,30	68.328,10
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	716.195,80	791.544,76
24	Estado e outros entes públicos	116.656,83	127.307,84
264	Administração autárquica	623.694,95	692.600,04
262 + 263 + 267 +	Outros credores	959.762,86	1.261.387,82
268		0,00	0,00
223	Fornecedores Vendas a Dinheiro	0,00	0,00
2613	Fornecedores de Imobilizado Contratos de Leasing	15.830,01	21.758,58
2618	Fornece. Imob.-Facturas em recepção e conferência	76.652,49	369.234,98
		10.753.186,32	10.740.238,77
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	1.192.800,12	1.261.790,22
274	Proveitos diferidos	63.942.912,29	69.729.251,73
		65.135.712,41	70.991.041,95
	Total do Passivo	107.916.027,89	117.947.479,59
	Total do Capital Próprio + Passivo	175.238.277,60	188.872.154,85

Órgão Executivo

Em _____ de _____ de 2014

Órgão Deliberativo

Em 30 de ABRIL de 2014



6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Câmara Municipal de Portalegre
Demonstração de Resultados Consolidada

Ano: 2013

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	Custos e Perdas	Exercício		Exercício	
		2013		2012	
61	Custo das Mercadorias Vendidas				
	Mercadorias	1629.105,22		1645216,04	
	Materiais	570.844,47	2.199.949,89	593.852,40	2.239.068,44
62	Fornecimentos e Serviços Externos	4.246.236,67		4.455.211,65	
64	Custos com Pessoal				
641+642	Remunerações de pessoal	6.220.267,94		6.061.867,72	
643 a 648	Encargos Sociais	1337.898,46	11804.401,07	1150.515,68	11667.595,05
65	Amortizações do Exercício	6.002.038,42		6.035.694,82	
67	Provisões do Exercício	23.744,24	6.025.780,66	109.638,56	6.145.333,38
63	Transferências e subsídios corr. concedidos e prest. sociais	383.611,80	383.611,80	572.137,69	572.137,69
65	Outros Custos Operacionais	248.415,51	248.415,51	252.566,93	252.566,93
	(A).....		20.662.158,73		20.878.701,49
681	Juros Suportados	741.573,04		1413.812,76	
683 a 684	Amortizações e Provisões	0,00		0,00	
685 a 688	Outros Custos e Perdas Financeiras	90.054,02	831.627,06	55.446,10	1469.258,86
	(C).....		21493.785,79		22.345.960,35
69	Custos e Perdas Extraordinárias	2.263.822,75	2.263.822,75	1225.452,81	1225.452,81
	(E).....		23.757.608,54		23.571.413,16
88	Resultado Líquido do Exercício		-1905.341,38		-2.149.878,12
			21852.267,18		21421.535,04

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	Proveitos e Ganhos	Exercício		Exercício	
		2013		2012	
71	Vendas e prestação de serviços				
711	Vendas de mercadorias e produtos	1.810.988,43		1.800.639,93	
72	Prestações de serviços	2.944.095,54	4.756.083,97	2.939.010,31	4.739.650,24
72	Impostos e taxas	3.979.178,59		3.939.545,66	
(6)	Varição da Produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria Empresa	70.850,91		73.695,69	
73	Proveitos Suplementares	1.003,96		2.223,24	
74	Transferências e subsídios obtidos	8.473.973,26		8.216.946,19	
76	Outros Proveitos Suplementares	32.868,02	12.557.874,74	53.722,99	12.286.133,77
	(B).....		17.312.958,71		17.025.784,01
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	1.638.057,94	1.638.057,94	1.570.620,19	1.570.620,19
	(D).....		18.951.016,65		18.598.404,20
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	2.901.250,53	2.901.250,53	2.825.130,84	2.825.130,84
	(F).....		21852.267,18		21421.535,04

Resultados Operacionais (B) - (A)		-3.349.200,02		-3.850.917,48
Resultados Financeiros (D - B) - (C - A)		806.430,88		10.136.133
Resultados Correntes (D) - (C)		-2.542.769,14		-3.749.556,15
Resultado Líquido do Exercício (F) - (E)		-1905.341,38		-2.149.878,12
Atribuível a:				
- Grupo Municipal		-1905.228,91		-2.084.840,48
- Interesses Municipais		12,45		-65.037,64

Orgão Executivo _____ de 2014

Em ____ de

Orgão Executivo _____ de 2014 Em ____



7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS

INTRODUÇÃO

Estabelece a Lei das Finanças Locais (LFL) designadamente o n.º 1 do seu artigo 46º, que " Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas definidos na lei, "as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas", apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados, com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos". Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal (n.º 2) que «Os procedimentos contabilísticos para a consolidação de balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no POCAL.», o que não se verificou até à presente data, razão pela qual no passado o Município de Portalegre nunca apresentou contas consolidadas.

Estabelecem o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e a Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os Anexos às Demonstrações Financeiras.

Assim, as notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação de contas, adaptada à numeração definida na sugestão de um modelo de estrutura do anexo às demonstrações financeiras consolidadas definido pelas instruções do SATAPOCAL, publicitadas pela DGAL em 28 de Abril de 2011, para a consolidação de contas para o exercício de 2010, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade do grupo municipal, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.



7.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE-MÃE

7.1.1. Identificação

Município de Portalegre

Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº 28

7300-186 Portalegre

Número de identificação fiscal: 501.143.718

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho de Portalegre é constituído por 7 freguesias, 1 urbana (União das Freguesias de Sé e S. Lourenço) e 6 rurais (Alagoa, Alegrete, União das Freguesias de Carreiras e Ribeira de Nisa, Fortios, União das Freguesias de Reguengo e S. Julião e Urra). Tem uma superfície de 446,2 Km² e, de acordo com os Censos de 2011, 25.980 habitantes, e um n.º de eleitores de 21.946, conforme informação da DGAI – Direcção Geral Administração Interna -Administração Eleitoral, obtida à data de 31 de Dezembro de 2011, para a Base de Dados do Recenciamento Eleitoral BDRE.

7.1.2 Legislação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos aplicados pela entidade-mãe, nomeadamente os preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 162/99, de 14 de Setembro, 60-A/2005, de 30 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, aos quais acrescem os princípios estabelecidos na Orientação n.º 1/2010, intitulada de "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo", designadamente nos pontos 2 a 2.6:

- Relevância e materialidade;
- Fiabilidade;
- Neutralidade;
- Plenitude;
- Representação fidedigna (da informação nelas contida).
- Comparabilidade



*M. Vaz
D.F.
A.L.
F.J.
P.D.*

7.1.3 Estrutura Organizacional Efetiva

A atual "Orgânica dos Serviços Municipais" viu a sua aprovação a 09 Janeiro de 2013, através da publicação em DRE – Diário da República, nos termos e para os efeitos do previsto no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e o n.º 6 do artigo 10.º do Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal de Portalegre, reunida em sessão ordinária de 28 de dezembro de 2012, aprovou, a proposta da Câmara Municipal, de 10 de dezembro de 2012, o modelo de estrutura hierarquizada e determinou a criação no máximo de 4 unidades orgânicas flexíveis e 42 subunidades orgânicas.

Nos termos do artigo 7.º Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Câmara Municipal de Portalegre, reunida em reunião ordinária de 26 de dezembro de 2012, aprovou sob condição de aprovação pela Assembleia Municipal, a proposta da Presidente da Câmara Municipal e deliberou a criação de 4 unidades orgânicas flexíveis: Divisão de Administração Geral e Finanças, Divisão da Cultura, Juventude, Desporto, Assuntos Sociais e Educação, Divisão de Obras e Ambiente e a Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística, definindo as respetivas atribuições e competências.

O organograma da orgânica dos serviços municipais, foi publicado em DRE a 13 de março de 2013 (anexo1).

7.1.4 Descrição Sumária das Atividades

A missão da Câmara e entidades do perímetro de consolidação é servir as pessoas melhorando a sua qualidade de vida, mobilizando e gerindo de forma eficiente e eficaz os recursos humanos e financeiros indispensáveis para garantir a prestação de um serviço público de excelência, apoiada no rigor e no cumprimento das normas e leis em vigor, sendo as suas actividades direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

7.1.5 Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal é composto pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, Maria Adelaide Lebreiro de Aguiar Marques Teixeira, e por seis Vereadores, nomeadamente:



Em regime de permanência:

- Nuno Miguel Carrilho Santana
- António Manuel Carrilho Ralo Landeiro
- Dulce Maria Nogueira Temudo Reis

Luxem.
JL
LG

Em regime de não permanência:

- José Manuel Reboredo Pinto Leite;
- Miguel Alexandre Ferreira Monteiro
- Luís Manuel Madeira Pargana

JF.
PF.

7.1.6 Organização Contabilística

Todas as operações e registos contabilísticos da entidade mãe são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos, estando esta última, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do POCAL. Os serviços de contabilidade da entidade mãe são únicos e organizados de forma centralizada, na Divisão de Administração Geral e Finanças.

O sistema informático que a autarquia utiliza, é desenvolvido pela Software House designado por AIRC – Associação Informática da Região Centro, e é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído várias aplicações.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Réfira-se que o Município de Portalegre tem preparado relatórios e demonstrações financeiras semestrais com vista à análise económico-financeira e orçamental prevista na Lei das Finanças Locais.

No que respeita às Entidades que integram o Grupo Municipal, para além da empresa-mãe, são adotados procedimentos contabilísticos próprios definidos em normativo interno específico para efeitos de consolidação e que integram:



Município de Portalegre

i. Definição harmonizada para as políticas contabilísticas de forma a permitir a homogeneização e comparabilidade da informação;

ii. Conciliação de todos os fluxos transacionais e saldos entre as entidades que integram o perímetro Municipal numa periodicidade definida;

iii. Reporte periódico de informação prestada pelas entidades participadas ao Município.

Todas as entidades que integram o perímetro de consolidação adotam as políticas contabilísticas e de relato financeiro como referencial contabilístico das suas contas individuais, com a exceção do SMAT e do Município que adotam o POCAL.

Em sede de consolidação, a empresa mãe tem procedimentos definidos que garantem a transposição dos diferentes acontecimentos/eventos e transações nas diferentes entidades para o referencial Contabilístico POCAL.

7.1.7 Outras informações relevantes

Foram levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF, IGAT e Tribunal de Contas), com incidência na gerência e nos 5 anos anteriores:

Data da Ação: Ano 2008 - Período Abrangido 01/01/2005 a 31/12/2007, Entidade IGF – Nº do processo 1707 – Controlo do Endividamento Municipal

Data da Ação: Ano 2008 - IGAL – Nº do processo 121400, Inspeção Ordinária – Área de Urbanismo e Empreitadas do Município;

Data da Ação: Ano 2009 – Período Abrangido 01/01/2005 a 31/12/2007, Entidade Tribunal de Contas - Auditoria Horizontal – Transferências e apoios financeiros concedidos pelos Municípios;

Data da Acção: Ano 2012 – Período Abrangido 01/01/2010 a 31/12/2012, Entidade IGF – Área de Urbanismo e Empreitadas do Município.



Luxosum
JL
J
J
PJ

7.2 – INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

7.2.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

ENTIDADES INCLUIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO							
Denominação	N.P.P. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Motivo da Inclusão Detenção da Totalidade do Capital ¹	Directa	Indirecta	N.º Médio de Trabalhadores N.º
Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre	680031065	Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 28 - Portalegre	Distribuição de água; Transporte urbano e interurbano de passageiros; Exploração de parques de estacionamento subterrâneos Remodelação, gestão e exploração do Mercado Municipal de Portalegre e das suas envolventes directas, o qual se destina ao comércio por retalho de produtos alimentares e não alimentares e, a prossecução de outras actividades complementares ou subsidiárias Preservação de espólios do arqueológico-industrial da Sociedade Corticeira Robinson Bros, S.A.; e de qualquer outro espólio cuja preservação lhe seja confiada.	100%			73
MMPO - Mercado Municipal de Portalegre, S.A.	506472833	Rua General Conde Jorge de Avilez - Portalegre		100%			2
Fundação Robinson	505984717	Largo do Jardim do Operário, n.º 5 - Portalegre		57%			6

b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

Denominação	N.P.P. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivo de Exclusão
Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	505255090	Apartado 48 - Alter do Chão	Recolha, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos nos 25 municípios da sua área de influência	4,82%	Não Integra o S.E.L
Águas do Norte Alentejano, S.A.	505309947	Rua Casa de Saúde, n.º 5 - 1.º - Portalegre	Exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Norte Alentejano	9,68%	Não Integra o S.E.L
Municípia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	504475606	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva Edifício Ciência II, n.º 11 - 3º B - Taguspark 2740-120 Porto Salvo	Produção e de cartografia; topografia e ortofotomaps; concepção e gestão de sistemas de informação geográfica; produção e comercialização de dados; desenvolvimento e gestão de projectos de internet intranet;	0,15%	Não Detida a 100%

7.2.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

- a) Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas doem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;

Considerando o perímetro de consolidação definido pela Lei das Finanças Locais, as



Município de Portalegre

Demonstrações Financeiras (DF'S) apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

- b) Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;

Não aplicável.

- c) Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.

Não aplicável.

7.2.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

- a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;

As participações financeiras nas contas do Município das entidades que constam no perímetro de consolidação foram ajustadas, sendo utilizado o Método de equivalência Patrimonial.

- b) Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;

Não se registaram quaisquer diferenças de consolidação.

- c) Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

- d) Situações em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 4.5.4.1. instruções de preenchimento do SATAPOCAL, da não eliminação de operações recíprocas, pelo facto de tais operações acarretaram custos desproporcionados, face aos benefícios da informação;



Luzem.
DJ
C.L.

Não aplicável.

e) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;

J.
F.
SJ

Não aplicável.

f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;

Não se registaram quaisquer ajustamentos excepcionais para fins exclusivamente fiscais.

h) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial;

A única entidade incluída do perímetro de consolidação, que tem participação de outras entidades é a Fundação Robinson, uma vez que na sua estrutura patrimonial o Município apenas detém 57% dos Fundos, assim foi utilizado o método de equivalência patrimonial, tendo sido registado o valor de fundos e Resultados do exercício de relativo a interesses minoritários.

7.2.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS						Ano 2012	
	Câmara Municipal de Portalegre	SMAT	MMPO	Fundação Robinson	TOTAL	Eliminação de créditos s/ dívidas recíprocas	Grupo Público Consolidado
Empréstimos Obtidos	30.862.814,70	11.566,17	469.169,76	0,00	31.343.550,63		31.343.550,63
Total	30.862.814,70	11.566,17	469.169,76	0,00	31.343.550,63	0	31.343.550,63
Un.: Euros							



Município de Portalegre

Assassinato

DR. Cai

T

PJ

7.2.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Ano:
(Unidade:Euro)

Tipos de fluxos	C.M.P. - FUNDAÇÃO ROBINSON a)									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	438.016,46	211.470,30	0,00	211.470,30	438.016,46					
Subsídios										
Empréstimos										
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Participação do capital em numerário										
Participação do capital em espécie										
Outros										
TOTAL	438.016,46	211.470,30	0,00	211.470,30	438.016,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

a) Relativamente a cada entidade abrangida pelo perímetro de consolidação deve ser elaborado um mapa que espelhe as relações financeiras estabelecidas com cada uma das restantes entidades abrangidas pelo mesmo perímetro, como por exemplo municípios/serviços municipalizados, município/entidade empresarial, serviços municipalizados/entidade empresarial, entidade empresarial/entidade empresarial e vice-versa. Nesta quadro devem ser identificadas as entidades a que se referem as operações descritas.

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Ano:
(Unidade:Euro)

Tipos de fluxos	C.M.P. - MMPO a)									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Participação do capital em numerário										
Participação do capital em espécie										
Outros	799.602,48	0,00	0,00	88.844,72	710.757,76					
TOTAL	799.602,48	0,00	0,00	88.844,72	710.757,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

a) Relativamente a cada entidade abrangida pelo perímetro de consolidação deve ser elaborado um mapa que espelhe as relações financeiras estabelecidas com cada uma das restantes entidades abrangidas pelo mesmo perímetro, como por exemplo municípios/serviços municipalizados, município/entidade empresarial, serviços municipalizados/entidade empresarial, entidade empresarial/entidade empresarial e vice-versa. Nesta quadro devem ser identificadas as entidades a que se referem as operações descritas.

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Ano:
(Unidade:Euro)

Tipos de fluxos	C.M.P. - S.M.A.T. a)									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios		8.185,53		8.185,53						
Empréstimos										
Relações comerciais	48.141,68	376.214,76	6.114,40	380.130,87	38.111,17	8.994,00	101.422,26		110.416,26	0,00
Participação do capital em numerário										
Participação do capital em espécie										
Outros										
TOTAL	48.141,68	384.400,29	6.114,40	388.316,40	38.111,17	8.994,00	1.482.339,21	0,00	1.491.333,21	0,00

a) Relativamente a cada entidade abrangida pelo perímetro de consolidação deve ser elaborado um mapa que espelhe as relações financeiras estabelecidas com cada uma das restantes entidades abrangidas pelo mesmo perímetro, como por exemplo municípios/serviços municipalizados, município/entidade empresarial, serviços municipalizados/entidade empresarial, entidade empresarial/entidade empresarial e vice-versa. Nesta quadro devem ser identificadas as entidades a que se referem as operações descritas.



7.2.6. Informações relativas a políticas contabilísticas

a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

Na produção das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas, tomando como referencial contabilístico o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL):

• **Imobilizado:**

- Os ativos imobilizados encontram-se registados ao custo Aquisição. Os ativos são depreciados pelo modelo porque se espera que os benefícios económicos do ativo sejam consumidos pela entidade. As taxas de amortização utilizadas pelo Município e pelos Serviços Municipalizados correspondem às taxas previstas na Portaria 671/2000, de 17 de Abril (CIBE); as taxas utilizadas para os ativos das restantes entidades que integram o perímetro de consolidação são as previstas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro. A utilização de taxas diferentes para ativos conexos com atividades diferentes está associada ao modelo da depreciação económica subjacente a tais ativos, não sendo exequível nem economicamente razoável proceder-se à reclassificação e recálculo de todas as amortizações dos bens das entidades que integram o perímetro de consolidação e não seguem o POCAL como referencial contabilístico, através da aplicação do CIBE.

- Os investimentos financeiros, que incorporam todas as participações em entidades do sector empresarial local detidas numa percentagem inferior a 100%, bem como participações noutras entidades, independentemente do valor da participação, encontram-se registados ao custo, tendo sido já constituída provisão no exercício de 2010 relativamente às Águas do Norte Alentejano, cujo valor proporcional do Capital Próprio da participada é inferior à data do balanço ao valor da participação. Foram ainda ajustadas as participações financeiras utilizando o Método de Equivalência Patrimonial.

• **Locações:**

- Sempre que em substância são transferidos as vantagens e os riscos associados de um elemento adquirido através de um contrato locação, este é considerado como uma locação financeira e os elementos associados são registados como Ativos no Balanço, no enquadramento da predominância da substância económica sobre a forma legal para efeitos de reconhecimento.



• Existências:

- As existências encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas, é adotado o custo médio ponderado.

• Dívidas de Terceiros e a Terceiros:

- A mensuração das dívidas de e a terceiros é efetuada pelo valor nominal da contraprestação.
- As provisões para cobranças duvidosas foram constituídas de acordo com a mora. Assim, para dívidas em mora entre 6 e doze meses foi constituída provisão de 50% e para dívidas em mora há mais de 12 meses foi constituída provisão na totalidade da dívida.

• Empréstimos:

- Na contabilização dos empréstimos é adotado o modelo do custo, tendo por base os documentos que titulam os empréstimos.

• Vendas e Prestações de Serviços:

- O crédito das vendas e das prestações de serviços é reconhecido pelo valor nominal.

• Subsídios do Governo:

- O reconhecimento dos subsídios é efetuado apenas quando haja suficiente segurança de que se encontram cumpridos todos os critérios associados ao seu recebimento.

• Provisões:

Todos os Passivos de tempestividade ou quantia incerta, estimados com fiabilidade, são registados sob a forma de Provisões no Passivo.

b) Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.

Não aplicável.

7.2.7. Informações relativas a determinadas rubricas:

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»;



Município de Portalegre

O valor apresentado na rubrica Despesas de Instalação é composto integralmente por registos contabilísticos do MMPO, e respeita a despesas de constituição, legalização e estudos e projetos e o da rubrica Despesas de Investigação e Desenvolvimento, refere-se a registos contabilísticos do Município decorrentes da partilha da empresa Portalegre POLIS.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões;

2013

Activo Bruto Consolidado

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação / / ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Bens de Domínio Público :						
451 Terrenos e recursos Naturais.....	99.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.400,00
452 Edifícios.....	23.464,40	0,00	0,00	0,00	0,00	23.464,40
453 Outras Construções e Infra-estruturas.....	80.562.945,39	0,00	59.404,66	0,00	299.279,00	80.323.071,05
455 Bens do Património Histórico, Art. e Cult.....	540.349,13	0,00	0,00	0,00	0,00	540.349,13
459 Outros bens de Domínio Público	525.974,94	0,00	0,00	0,00	0,00	525.974,94
445 Imobilizações em curso	8.980.238,49	0,00	267.753,14	0,00	0,00	9.247.991,63
446 Adiantamentos por conta bens de Dom Público.....	90.732.372,35	0,00	327.157,80	0,00	299.279,00	90.760.251,15
Imobilizações incorpóreas :						
431 Despesas de instalação	2.415,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2.415,14
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	52.145,31	0,00	0,00	0,00	0,00	52.145,31
433 Propriedade industrial e outros direitos	779.794,28	0,00	2.173,80	0,00	0,00	781.968,08
434 Despesas com Certificação de Programa MED 25.....	1.827.495,05	0,00	0,00	0,00	0,00	1.827.495,05
435 Projectos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
435 Projectos	537.191,01	0,00	23.408,57	0,00	0,00	560.599,58
443 Imobilizações em curso	40.038,25	0,00	0,00	0,00	0,00	40.038,25
449 Adiantamentos por conta de imob. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.239.079,04	0,00	25.582,37	0,00	0,00	0,00	3.264.661,41
Imobilizações corpóreas :						
421 Terrenos e recursos naturais	18.217.698,75	0,00	59.746,50	0,00	884.120,94	17.393.324,31
422 Edifícios e outras construções	106.791.858,28	0,00	626.707,35	0,00	108.616,92	107.311.948,71
423 Equipamento básico	7.854.991,41	0,00	118.674,30	0,00	92.812,99	7.880.852,72
424 Equipamento de transporte	1.023.268,57	0,00	244,89	0,00	0,00	1.023.513,46
425 Ferramentas e utensílios	259.041,69	0,00	2.943,95	0,00	0,00	261.985,64
426 Equipamento administrativo	646.995,70	0,00	6.502,78	0,00	1.686,27	651.812,21
427 Tares e vasilhames	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras imobilizações corpóreas	3.806.934,58	0,00	32.628,55	0,00	302,03	3.839.261,10
442 Imobilizações em curso	2.100.224,80	0,00	1.060.743,61	0,00	313.946,58	2.847.021,83
448 Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140.701.013,78	0,00	1.908.191,93	0,00	1.399.485,73	0,00	141.209.719,98
Investimentos financeiros :						
411 Partes de capital	1.092.988,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1.092.988,97
412 Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
414 Investimentos em imóveis	15.898,60	0,00	0,00	0,00	0,00	15.898,60
415 Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de invest. Financeiros	1.108.887,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.108.887,57



Município de Portalegre

Amortizações e Provisões 2013

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Bens de Domínio				
Edifícios.....	1.729,31	157,21	0,00	1.886,52
Outras Const. e Infra-Estrut.....	26.225.553,04	3.889.949,14	40.627,14	30.074.875,04
Bens do Patrim. Histórico, Art. e Cult.....	15.523,64	7.761,82	0,00	23.285,46
Outros bens do Domínio Público	2.911.435,94	321.361,72	0,00	3.232.797,66
	29.154.241,93	4.219.229,89	40.627,14	33.332.844,68
Imobilizações incorpóreas :				
Despesas de Instalação.....	2.415,14			2.415,14
Despesas de Investigação e desenvolvimento...	0,00	52.145,31		52.145,31
Propriedade industrial e outros direitos	708.537,08	34.521,35	0,00	743.058,43
Despesas c/Certificação de Prog Comunitários	103.653,81	35.077,05	0,00	138.730,86
Outros Projetos.....	179.045,76	186.847,84	0,00	365.893,60
	991.236,65	256.446,24	0,00	1.302.243,34
Imobilizações corpóreas :				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios.....	23.888.579,34	1.997.080,16	187.411,49	25.698.248,01
Outras Construções.....	2.131.661,61	982.310,43	0,00	3.113.972,04
Equipamento básico	6.202.433,44	438.677,22	207.167,53	6.433.943,13
Equipamento de transporte	784.997,98	44.947,47	0,00	829.945,45
Ferramentas e utensílios	237.897,87	8.934,34	0,00	246.832,21
Equipamento administrativo	627.306,67	22.791,13	26.318,93	623.778,87
Outras imobilizações corpóreas	3.421.058,42	197.456,25	784,57	3.617.730,10
	37.293.935,33	3.692.197,00	421.682,52	40.564.449,81

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;

Não aplicável.

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;

Não aplicável.

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;

Não aplicável.

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;

Não aplicável.



Município de Portalegre

Luzem.
JL
AL
J
PF
GD

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;

Não aplicável.

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão;

Não aplicável.

i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços;

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	Proveitos e Ganhos	Município de Portalegre	SMAT	MMPO	F. Robinson	Eliminações	Consolidado
71	Vendas e Prestações de Serviços						
711	Vendas de Mercadorias e Prod.	156.381,66	1.978.620,82			324014,05	1.810.988,43
712	Prestações de Serviços	1.633.885,59	2.834.999,01	78.447,28		1.603.236,34	2.944.095,54

k) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;



Município de Portalegre

REMUNERAÇÕES ATRIBUIDAS AOS MEMBROS EXECUTIVOS, FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DELIBERATIVOS

Designação dos Membros	Funções	Naturza de Remuneração Atribuída	Val. Bruto Atrib. de Jan. a Dezem. 2013
Municipio			
Órgão Executivo			
Maria Adelaide Franco Lebreiro Aguiar Marques Teixeira	Presidente	Vencimento	51.842,61 €
Ana Cristina Carrilho Manteiga (1)	Vereadora	Vencimento	30.174,08 €
Nuno Miguel Carrilho Santana	Vereador	Vencimento	38.105,53 €
António Manuel Carrilho Ralo Landeiro (2)	Vereador	Vencimento	7.541,35 €
Dulce Maria Nogueira Temudo Reis (2)	Vereador	Vencimento	7.099,42 €
José Manuel Reboredo Pinto Leite	Vereador	Senhas de Presença	1.304,92 €
Paula Fatima Leitao Alegre (1)	Vereadora	Senhas de Presença	1.373,60 €
João Manuel Realinho (1)	Vereador	Senhas de Presença	1.316,49 €
Hugo Chichorro e Silva Capote (1)	Vereador	Senhas de Presença	1.304,92 €
Miguel Alexandre Ferreira Monteiro (2)	Vereador	Senhas de Presença	274,72 €
Luis Manuel Madeira Pargana (2)	Vereador	Senhas de Presença	274,72 €
Nuno Miguel Roque Pimenta Varela (1)	Vereador	Senhas de Presença	137,36 €
Carolina Durão Lopes (2)	Vereadora	Senhas de Presença	68,68 €
Diogo Miguel Dias (2)	Vereador	Senhas de Presença	68,68 €
Ana Margarida Salgueiro Curinha (2)	Vereadora	Senhas de Presença	68,68 €
(1) Valor de remuneração até 30 de Setembro de 2013.			
(2) Valor de remuneração de 30 de Setembro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.			
Órgão de Fiscalização			
Mariquita Correia e Associados, S.A.	ROC	Honorários	15.000,00 €
Fundação Robinson			
Conselho de Administração			
Nuno Miguel Carrilho Santana José Manuel Pinheiro Barradas	Presidente	Entrou em funções a 30/11/2012	0,00 €
Nuno Gonçalo Franco Lacão Diogo Júlio Cleto Serra	Vogal	Entrou em funções a 30/11/2012	0,00 €
Rui Manuel Carrilho Crisanto Maria Arménia T.G.E. de Moreira	Vogal	Entrou em funções a 30/11/2012	0,00 €
Órgão de Fiscalização			
Mariquita Correia e Associados, S.A.	ROC	Honorários	3.267,91 €
MMPO			
Órgão Executivo			
Ana Cristina Carrilho Manteiga	Presidente	0	0
Luis António Cara de Anjo S. Calado	Vogal	0	0
Francisco José Meira M. da Silva	Vogal	0	0
Órgão de Fiscalização			
Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROG, Lda	ROC	Honorários	3.075,00 €



Município de Portalegre

Luzem
A.L.

l) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;

Não aplicável.

15

m) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;

Não aplicável.

D

n) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;

Não aplicável.

DD.

o) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;

Custos e perdas	Exercícios	
	2013	2012
681-Juros suportados	795.617,16	1.413.812,76
682-Perdas em empresas do grupo e associadas		
683-Amortizações de investimentos em imóveis		
684-Provisões para aplicações financeiras		
685-Diferenças de câmbio desfavoráveis		
687-Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	36.009,90	55.446,10
688-Outros custos e perdas financeiros		
Total	831.627,06	1.469.258,86
Resultados Financeiros	806.430,88	101.361,33
Total	1.638.057,94	1.570.620,19
Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2013	2012
781-Juros obtidos	862,96	1.518,53
782-Ganhos em entidades participadas		
783-Rendimentos de imóveis	1.558.633,34	1.500.976,89
784-Rendimentos de participações de capital	72.949,80	67.283,21
785-Diferenças de câmbio favoráveis		
786-Descontos pronto pagamento obtidos	5.611,84	841,56
787-Ganhos na alienação dē aplicações de tesouraria		
788-Outros proveitos e ganhos financeiros		



Município de Portalegre

Luzemar
D. Cai
J.
G.

p) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;

Custos e perdas	Exercícios	
	2013	2012
691 - Transferências de capital concedidas.....	756.279,31	793.489,46
692 - Dívidas incobráveis.....	8.762,09	130.019,30
693 - Perdas em existências.....	90,72	
694 - Perdas em imobilizações.....	979.454,72	68.008,35
695 - Multas e penalidades.....	1.267,25	7.183,05
696 – Aumentos de amortizações e provisões.....	427.680,17	50.878,29
697 - Correcções relativas a exercícios anteriores.....	22.630,61	110.463,09
698 - Outros custos e perdas extraordinários.....	67.657,88	65.411,27
Total	2.263.822,75	1.225.452,81
Resultados Extraordinários.....	637.427,78	1.559.678,03
Total	2.901.250,53	2.825.130,84
Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2013	2012
791 - Restituição de impostos.....		862,00
792 - Recuperação de dívidas.....		
793 - Ganhos em existências.....		153,25
794 - Ganhos em imobilizações.....	204.043,62	20.264,04
795 - Benefícios de penalidades contratuais.....	36.360,62	29.814,76
796 - Redução de amortizações e provisões.....	46.224,70	86.371,50
797 - Correcções relativas a exercícios anteriores.....	55.020,54	26.834,72
798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários.....	2.559.600,97	2.660.830,57

q) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
291 – Cobrança Duvidosa.....	891.563,40		22.480,46	869.082,94
292 – Para riscos e encargos	255.898,36	472.500,00	44.819,83	683.578,53
491 – Partes de Capital	726.050,00			726.050,00
Total	1.873.511,76	472.500,00	67.300,29	2.278.711,47

r) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos;

Os valores apresentados no quadro seguinte apenas se referem ao Município de Portalegre e Serviços Municipalizados.



Município de Portalegre

Câmara Municipal de Portalegre

N.º Contrato	Equipamento	Valor	Empresa
185895	Viatura IVECO STRALIS AD	15.830,01	Vecofabil-Acessórios Transformação Veículos, S.A.

Serviços Municipalizados de Águas e Transportes

N.º Contrato	Equipamento	Valor	Empresa
10022032	Viatura Pesada de Passageiros Matricula – 06-HL-01		EVOBUS – Portugal, SA
10024213	Viatura Pesada de Passageiros Matricula – 21-IX-38	42.463,69	MAN – Veículos Industriais Portugal, SA

s) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

As dívidas encontram-se todas relevadas no balanço consolidado.

7.2.8. Informações diversas

a) Outras informações exigidas por diplomas legais;

Não aplicável.

b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não aplicável.